



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Movimentos Sociais e participação social

**A sustentabilidade afetiva nos movimentos LGBT:
Um estudo de caso a partir da produção musical.**

Flávia Marina da Silva Lopes¹
Paulo Roberto de Carvalho²

Resumo: A crescente indiferença com o meio ambiente e o crescimento do individualismo têm-se mostrado cada vez mais alarmantes. A noção de sustentabilidade afetiva resiste a esse cenário e busca aproximar o ser humano daquilo que o cerca, possibilitando uma conexão sensível aos encontros. Esta pesquisa qualitativa busca detectar e analisar a sustentabilidade afetiva em músicas que questionam a matriz cultural heteronormativa, incentivando novas formas de existência. Sob o referencial teórico da Psicologia Social, estuda-se como o movimento LGBT, por meio das músicas produzidas, contribui para disseminar uma sustentabilidade afetiva, acolhendo a complexidade das relações humanas frente às diferenças.

Palavras-chave: sustentabilidade afetiva; movimento LGBT; música; resistência, psicologia.

Abstract: The growing indifference to the environment and the growth of individualism have been increasingly alarming. The notion of affective sustainability resists this scenario and seeks to bring the human being closer to what surrounds him, making possible a sensitive connection to the encounters. This qualitative research detects and analyzes affective sustainability in songs that question the hetero normative culture, encouraging new forms of existence to emerge. Under the theoretical framework of Social Psychology, it studies how the LGBT movement, through the music, contributes to the dissemination of an affective sustainability, welcoming the complexity of human relationships in face of the differences.

Keywords: affective sustainability; LGBT movement; music; resistance; psychology.

1. Introdução

Considerando que o movimento LGBT, de diferentes formas, dá visibilidade a corpos que, por vezes, são avaliados pela moral vigente como abjetos (Butler, 2016), a música,

¹ Discente do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista de Iniciação Científica CNPq. E-mail: flavia.slopes@hotmail.com

² Psicólogo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Departamento e Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Brasil Doutor em Psicologia Clínica pela PUC/SP. E-mail: paulor@uel.br



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

como uma esfera da arte, torna-se um meio de comunicar a diversidade, a potência individual e coletiva, assim como a subversão na produção de afetos. A disseminação e compreensão das letras críticas presentes nas músicas, enquanto uma ferramenta de construção do diferente e de sua problematização a partir dos encontros, também pode ser uma maneira de contribuir para a trajetória destas mudanças.

Espera-se que este estudo possa contribuir para questionar e subverter a matriz cultural heteronormativa, divulgar artistas do movimento, formar novas possibilidades de afetar, ser afetado e ampliar a sensibilidade para potência crítica da arte musical. O trabalho justifica-se por trazer um maior entendimento sobre a diferença entre sexo, gênero, desejo e prática sexual, bem como compreender como a música que aborda tais temas comunica a necessidade de colocar em cena o diferente. Consideramos que a Psicologia Social, como área de conhecimento voltada para a transformação social, pode colaborar para que tal debate seja compartilhado e para que a arte funcione como uma aliada na busca de visibilidade desse grupo social específico.

Metodologicamente, a presente pesquisa se propõe a cartografar e analisar músicas compostas para evocar os diferentes modos de vida que podem se manifestar à revelia da matriz dominante heteronormativa. Como resultado parcial, pode-se dizer que além de denunciar, tais músicas convocam à resistência e buscam promover encontros que possam ser afetivamente sustentáveis entre os seres humanos, prezando pela aproximação e pelo diálogo na diversidade dos modos de existências.

2. Desenvolvimento

O conceito de sujeito, à luz da teoria deleuziana, diz respeito a uma produção de existências em um movimento vivo que se constrói nos encontros. Estes possibilitam a experimentação de si e do mundo, sendo esta a condição necessária para sentir e acolher as variações provenientes dos afetos. A potência de afecção é o que define um corpo (Deleuze, 2002). As afecções dizem respeito às modificações de um corpo em contato com outros corpos, bem como às transformações provenientes dessa conexão (PELBART, 2003). Os afetos são caracterizados pelos movimentos de aumentar ou diminuir a potência de um corpo, potência essa que determina o que um corpo pode em ato. Nas palavras de Deleuze:



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Quando um corpo encontra outro corpo, uma ideia, outra ideia, tanto acontece que as duas relações se compõem para formar um todo mais potente, da mesma forma um pode decompor o outro e destruir a coesão entre as partes... Mas nós, seres conscientes, sentimos alegria quando um corpo se encontra com o nosso e com ele compõe, quando uma ideia se encontra com a nossa alma e com ela se compõe inversamente, sentimos tristeza quando um corpo ou uma ideia ameaçam a nossa coerência (Deleuze, 2002, p. 25).

Portanto, as relações sociais dependem necessariamente das maneiras como os seres humanos experimentam o mundo; e isso implica diretamente em falar sobre os corpos nos encontros. Corpos estes que se movimentam, sentem e se relacionam de acordo com o momento histórico e os modos de subjetivação nele circulantes (Guattari; Rolnik, 1996).

Apesar disso, o período histórico atual, organizado pelo sistema socioeconômico capitalista, pretende capturar e enredar os sujeitos e a população para uma demanda de produção acelerada. Desta forma, surgem diversos efeitos sociais nos modos de existência, uma vez que as preocupações passam a ser cada vez mais individuais, deixando o coletivo e as possibilidades de encontros em segundo plano. Este sistema não dita apenas o modo econômico de relações, mas também postula “verdades” e padroniza as maneiras de se conectar a ele. Nesta perspectiva, nota-se que a população é cada vez mais solicitada a se “encaixar” no sistema e a ele servir da forma mais produtiva possível, mesmo que isso signifique se fechar para as possibilidades de encontros e invisibilizar à existência do outro.

Frente a esta problemática, o conceito sustentabilidade afetiva (Mansano, 2016) é elaborado como uma espécie de denúncia dessas relações individualistas cotidianas, pois parte do princípio espinosano de que o homem e a natureza são partes de uma mesma e potente vida compartilhada. Neste aspecto, o conceito serve para analisar os afetos emergentes nas relações sociais com a natureza, seja pelo lado de impulsionar os encontros e os diferentes modos de vida, seja pela crescente indiferença do ser humano para com o mundo à sua volta. Com isto, abre-se para o debate as possíveis construções e mudanças que podem ser feitas a partir dos encontros. Para Mansano e Carvalho:

Trata-se de sustentar o corpo em sua potência de variação afetiva ao invés de absorver passivamente as demandas por regularidade, prescrição dos afetos e degradação acelerada da natureza, advindas, em grande parte, da ordem socioeconômica atual. Nesse sentido, coloca-se a possibilidade de conexão com a natureza por múltiplas vias, incluindo a dos afetos (Mansano; Carvalho, 2016, p. 707).

Pode-se dizer, então, que os corpos agem de modo a afetar e ser afetado. Mas, ao mesmo tempo, existe uma série de modelos colocados à disposição do social e que servem como reguladores e normalizadores destes corpos, uma vez que efetivam uma ordem compulsória das normas dominantes de diferentes tipos que perpassam a existência e, o



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

que interessa especificamente para esse estudo, perpassam as questões de gênero, sexo e prática sexual. O conceito de performatividade (Butler, 2016) refere-se a atos, signos e gestos culturalmente inscritos que reforçam as construções sociais reguladas dos corpos. A maneira como a performance acontece, portanto, é o que torna os sujeitos culturalmente aceitos ou não, pois eles só são considerados legítimos, do ponto de vista dominante, desde que sigam o padrão (Butler, 2016).

Estas normas dominantes, porém, precisam ser questionadas e criticadas, uma vez que sexo e gênero são fabricações sociais naturalizadas e legitimadas pela linguagem e pelas práticas vigentes como verdades (Idem). Esta naturalização da divisão dos papéis sexuais vem da dicotomia binária conservadora entre pênis e vagina, assim como de macho e fêmea, que são entrelaçados com gênero, ou seja, feminino e masculino, mulher e homem. Junto destas oposições tem-se a heterossexualidade compulsória, na qual o desejo e a prática sexual permeiam a heteronormatividade efetivada pelos conceitos biológicos de reprodução (Idem).

Considerando que os sujeitos não são iguais e experimentam o mundo de maneira única, essa matriz cultural é excludente e transpassa uma falsa estabilidade, pois evidencia seus limites à medida que não é capaz de enquadrar aqueles que vivem diferentemente. Tal suposição se mantém no campo do impossível, uma vez que a vida é movimento que mantém ativo o fluxo de produção de si. Assim, pessoas que não se encaixam no ideal de gênero, sexo, desejo e prática sexual tendem a ser avaliados como corpos abjetos, ou seja, corpos que não deveriam existir, por estarem à margem da matriz cultural e motivarem uma desestruturação na norma com a possibilidade de questionar sua existência. Nas palavras de Butler:

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre 'feminino' e 'masculino', em que estes são compreendidos como atributos de 'macho' e 'fêmea'. A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de 'identidade' não possam 'existir' – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que a prática sexual não 'decorrem' nem do 'sexo' nem do 'gênero' (Butler, 2016, p.44).

Esse processo de efetivação da matriz cultural começou com a tentativa de regulação do desejo, primeiramente por parte da igreja e sua estratégia de confissão, classificando-o muitas vezes como pecaminoso. Em seguida, a medicina e a psicanálise, através de seus exercícios de poder, colocaram em circulação formas de controle sobre a população, disseminando novos regimes de verdades (Foucault, 2006). Desta maneira, a



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

medicina categorizou normas para indivíduos normais e desviantes, sendo que os corpos que se sustentavam como diferentes, foram patologizados.

Este panorama tornou propício o começo de um movimento social pela luta dos direitos daqueles cujas práticas sexuais não se enquadram no ideário heterossexual dominante. O primeiro marco dessa história foi em 1969 com uma manifestação no bar de Stonewall Inn em Nova Iorque, EUA, onde houve um conflito entre o público do bar e a polícia. Esse foi o momento inicial em que travestis e gays se posicionaram defendendo os direitos iguais (Ferreira, 2013). No Brasil, o movimento de luta foi iniciado em 1978, com a chamada primeira “onda” (Facchini, 2018), sendo ela majoritariamente homossexual e de caráter antiautoritário, se consolidando após a ditadura ao lado dos movimentos feminista e negro. Naquela época, existiam grupos de reflexão sobre questões como a despatologização, o machismo e as hierarquias impostas nas relações.

A denominada segunda onda (1983-1990) teve como foco os direitos básicos dessa população. O Brasil foi um dos pioneiros nessa reivindicação quando, em 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM), deixou de classificar a homossexualidade enquanto uma patologia. No cenário mundial, a Organização Mundial de Saúde (OMS), somente em 1990, postulou a retirada do “homossexualismo” do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DMS) e do Código Internacional de Doenças (CID) (Canabarro, 2013). É relevante mostrar que, a partir deste momento, os sujeitos políticos que lutaram pela despatologização passaram a utilizar como denominação a palavra homossexualidade, uma vez que o sufixo “ismo” era utilizado para classificá-los enquanto doentes. Assim, este período foi definido pela luta e garantia dos direitos civis, bem como contra a discriminação desta população.

No início dos anos 1990, o movimento se expandiu e estabeleceu-se a terceira onda (Facchini, 2018). Devido a disseminação da luta pelos direitos humanos, surgiram diversas formas de organização para a garantia dos direitos LGBT, inclusive passando a abranger outros sujeitos políticos, como pessoas bissexuais, travestis, transexuais e, atualmente, todos aqueles que não se enquadram na matriz cultural de sexo-gênero-sexualidade. Iniciaram-se as manifestações em prol de direitos nas ruas e, para além de grupos de reflexão e grupos comunitários, foram fundadas Organizações Não Governamentais (ONG) voltadas para a causa, grupos acadêmicos, religiosos, partidos e coletivos.

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia aprovou a resolução que veta qualquer tratamento ou cura das homossexualidades por parte dos psicólogos, assim como, coloca



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

como dever da profissão o esclarecimento e a reflexão sobre o preconceito contra essa população (CFP, 1999). Contudo, transexuais e travestis, ou seja, aquelas que não se reconhecem com o gênero e/ou sexo designado socialmente ao nascimento, ainda se encontram classificados no capítulo de Disforia de Gênero, no Manual de Diagnóstico de Transtornos Mentais, como um problema clínico a ser tratado que favorece a patologização desta população (DSM-5, 2014). Além disso, o Brasil ainda registra uma morte a cada 19 horas causadas por LGBTfobia (GGB, 2017), o que deixa evidente a necessidade de garantia dos direitos dessa população e da produção de novos modos de vidas acolhidos social e culturalmente.

Diante desse cenário de luta, a arte, especialmente a arte musical, consolida-se como uma estratégia eficaz para dar visibilidade crítica a outras formas de existência e de combate ao padrão heteronormativo. Apesar de estar em larga medida capturada pelo capitalismo, a arte está intimamente ligada a processos de criação e, por isso, pode ser considerada uma esfera na qual experimentações de modos de vida ocorrem com certa frequência, proporcionando a desterritorialização de papéis sociais normatizados e trazendo a possibilidade de encontros diversos (Zordan, 2005). Nesse sentido, os movimentos sociais, incluindo os movimentos LGBT, mantiveram certa proximidade com as mesmas, utilizando-as como meio de comunicação de ideias, possibilidades e sensibilidades, disseminando o potencial de traçar linhas que possibilitam a fuga do lugar comum e a invenção de outros modos de vida. Sua máquina de expressão é o que cria as condições para a transformação do que já existe. Nas palavras de Pellejero:

Pensa-se, cria-se, escreve-se, menos para assumir a expressão de um certo grupo ou de uma determinada classe, que na esperança de que o agenciamento de novas formas de expressão possa convocar a gente a uma ação conjunta, a uma resistência comum, a um povo por vir. Porque é próprio, exclusivo da arte e da filosofia, dar uma expressão, a possibilidade de uma expressão, a esses que não a têm (Pellejero, 2008, p. 75).

A arte musical se encontra neste panorama, podendo ser considerada como um meio de propagar expressões afetivas. No Brasil, a música iniciou seu processo de propagação de ideias contrárias aos valores vigentes no período da ditadura militar, em especial pelo movimento denominado Tropicalismo. Com sua noção de antropofagia, esse movimento musical buscava digerir o externo e o interno para produção de algo tipicamente brasileiro, naquele momento atravessado pelo autoritarismo militar. Na época, houve também a disseminação da música de protesto, que utilizava as letras como meio de conscientizar a população sobre a situação do país (Ferraro, 2016).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

As músicas desse período histórico podem ser consideradas muito atuais, pois disseminam a relevância e necessidade de liberdade e força, temas que ainda reverberam nos movimentos sociais hoje. Com o passar dos anos, parte da produção musical tomou características ativistas com outras conotações, trabalhando questões sociais e denúncias políticas que remetem a realidades sociais diversas. Com isso, chamou a atenção não somente para as contradições do estado vigente, mas também para as desigualdades sociais e as populações negligenciadas (Ferraro, 2016).

Nessa direção, o movimento LGBT vem utilizado desta e de outras artes para transmitir suas mensagens de subversão da matriz cultural e possibilitar a existência livre destes corpos que expressam modos diferentes de viver. Em alguma medida, suas produções assumem um tom crítico ao denunciar a matriz cultural dominante e ao colocar em destaque as diferenças e seus desdobramentos. Entretanto, tal produção continua marginalizada no cenário fonográfico. Parte disto provém de uma sociedade fóbica em relação à diferença que ainda se mostra preconceituosa para apreciar estas músicas, avaliando os artistas como corpos abjetos. De todo modo, letras com questionamentos e resistência, *shows* repletos de simbologias e entrevistas declarativas denunciam as adversidades que a população LGBT enfrenta cotidianamente, seguindo por uma linha da transformação através do afeto.

3. Metodologia

Para dar visibilidade às canções que tematizam a vida cotidiana da população LGBT, esta pesquisa, de fundamentação qualitativa. Segundo Freitas e Jabbour (2011), esse tipo de pesquisa é descritivo, visando o esclarecimento do significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida. Os pesquisadores utilizam o enfoque indutivo na análise de seus dados. Ainda para os autores supracitados:

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados; parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve; envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo (FREITAS; JABBOUR 2011 p. 11).

Freitas e Jabbour ressaltam que esta metodologia de pesquisa tem caráter exploratório, uma vez que visa desenvolver ideias e hipóteses de uma maneira subjetiva, específica e contundente para criação de uma nova teoria ou testar questões complicadas.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

A estratégia utilizada foi a de levantar letras de músicas que tematizam o cotidiano da população LGBT, analisando-as em sua dimensão crítica. Para tanto, foram definidos três eixos de análise: 1. Denúncias de LGBTfobia; 2. Belezas na luta; 3. A arte em resistir. Para o contexto do presente artigo, entretanto, serão apresentados apenas os resultados do primeiro eixo.

4. Resultados: As denúncias de LGBTfobia nas músicas

Valendo-se das discussões teóricas apresentadas na introdução, a seleção musical que será aqui analisada tem em comum a denúncia da matriz cultural excludente e a sua falsa estabilidade. As letras de músicas aqui selecionadas e analisadas demonstram como podem ser as vivências de uma pessoa que não se encaixa nesse padrão e acabam sendo avaliadas como corpos abjetos que colocam em questão essa normatividade (Butler, 2016). Nesse panorama, tem-se o preconceito que emerge por parte daqueles que não respeitam os fluxos desses corpos, assim como daqueles que sofrem com os estigmas colocados sobre a sua existência. Além disso, e agravando a situação, a intolerância e a violência no Brasil é uma constante para esta comunidade, uma vez que, como já dito, o país registra uma morte a cada 19 horas causadas por LGBTfobia (GGB, 2017).

As denúncias presentes nas músicas evidenciam as diversas formas de preconceito que ainda permeiam as vivências LGBT no Brasil, seja por meio da patologização, da estigmatização ou da discriminação a que esta população está exposta diariamente. A primeira canção analisada chama-se “Não Recomendado”, de Caio Prado, que levanta os carimbos que, por vezes, as pessoas que transgridem a matriz cultural heteronormativa tendem a receber ao longo da sua trajetória de vida. Nas palavras de Butler:

A lei repressiva efetivamente produz a heterossexualidade, e atua não como um código meramente negativo e excludente, mas como uma sanção e, mais apropriadamente, uma lei do discurso, distinguindo o que é dizível do indizível (delimitando e construindo o campo do indizível), o que é legítimo do que é ilegítimo (Butler, 2016, p. 119-120).

Levando em conta que os sujeitos são produzidos nos encontros e que isso permite a experimentação da potência dos corpos (Deleuze, 2002), pode-se dizer que a agressividade impregnada nos rótulos e as formas como eles aparecem tende a despotencializar os corpos que são alvos da violência. Na letra de Caio Prado:

Pervertido, mal amado, menino malvado, muito cuidado!
Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!
A placa de censura no meu rosto diz:



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Não recomendado à sociedade
A tarja de conforto no meu corpo diz:
Não recomendado à sociedade (Prado, 2014).

Corpos frequentemente despotencializados em sua dimensão afetiva são corpos adoecidos, fechados para as oportunidades e possibilidades de encontros. Desta forma, entende-se que as hostilidades bloqueiam os fluxos de desejos, perpetuam o medo pelo diferente e os engessam ao fazê-los acreditar que são repugnantes e que, muitas vezes, “não são recomendados à sociedade” (Prado, 2014). Outro caso de denúncia pode ser encontrado na letra de Pra Quem Duvidou, escrita pelo grupo Quebrada Queer, que discute a naturalização de pensamentos preconceituosos como parte de uma cultura que invisibiliza as pessoas LGBT. Ela diz:

Disseram que eu sou brabo nas rima
E é claro, cês pira
Mas no dia a dia me oprime
E é mó covardia
Dizendo que opinião quando é homofobia!
(Não fode) ameaçam de morte os meus
Quando foi que tudo se perdeu?
Percebe como é contraditório aquele que mata em nome de Deus? (Quebrada Queer, 2018).

As normas dominantes que legitimam as concepções heteronormativas (Butler, 2016) também tornam autênticos os argumentos que ferem a existência daqueles que lhe escapam. Ocasionalmente, a violência vem efetivada por instituições que se colocam como reguladoras do desejo, como é o caso da igreja, da justiça e da medicina (Foucault, 2006). Constata-se, assim, que a patologização ainda é uma constante que afeta diretamente a população LGBT, especialmente pessoas transexuais e travestis (DSM-5, 2014). Isso é denunciado e questionado na canção Absoluta, de Linn da Quebrada com participação de As Bahias e a Cozinha Mineira:

Olha só doutor, saca só que genial
Sabe a minha identidade? Nada a ver com genital
Estou procurando, estou tentando entender
O que é que tem em mim que tanto incomoda você? (Linn da Quebrada e As Bahias e Cozinha Mineira, 2017).

Butler ainda levanta o questionamento sobre a “aceitação”, uma vez que: “... nem sempre produzem o corpo dócil que acata plenamente o ideal social, (elas) podem delinear superfícies corporais que não signifiquem as polaridades heterossexuais convencionais” (Butler, 2002, apud Porchat, p. 46). Desta forma, as práticas cotidianas abrem espaço para novas estruturas e construções de si e possibilitam emergir novos modos de vida mesmo que em um sistema que ainda visa uma produção de seres homogêneos (Rolnik, 2005). A



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

letra de Gay, escrita por Gloria Groove (2017), revela que a produção do diferente é, por vezes, visto como algo pejorativo e impróprio:

Praqueles gay que num sabia bem porque era ruim ser gay
Senti na pele bem cedo como tratam as gay
Já brigou com Deus "por quê me fizeste gay? queria ser alguém
Já não temas, gay
Aquilo que não mata fortalece um gay (Gloria Groove, 2017)

Apesar disto, o reconhecimento e a prática da transformação, que é própria do desejo, permite a emergência do heterogêneo (Rolnik, 2005). Deste modo, a música também traz o corpo como uma potência para desestruturar a matriz cultural heteronormativa e possibilitar a invenção de outras relações com a vida e com o corpo. Partindo desta luta, A Lenda, de Linn da Quebrada, coloca a igreja como outra instituição conservadora que busca disseminar a ideia de seres sempre iguais:

Eu fui expulsa da igreja (ela foi desassociada)
Porque "uma podre maçã deixa as outras contaminada"
Eu tinha tudo pra der certo e dei até o cu fazer bico
Hoje, meu corpo, minhas regras, meus roteiros, minhas pregas
Sou eu mesmo quem fabrico (Linn da Quebrada, 2017).

Segundo o Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil, editado em 2017, 90% da população de transexuais e travestis utilizam a prostituição como fonte de renda, contexto abordado por Linn da Quebrada. O mapa também demonstra a grande vulnerabilidade desta comunidade, uma vez que ocorreram 179 assassinatos dessa população no ano de 2017, motivados por crime de ódio (ANTRA, 2017). Esse tema é abordado por TRIZ em seu rap Elevação Mental:

Brasil, país que mais mata pessoas trans
Espero que a estatística não suba amanhã
Me diz, por que o jeito de alguém te incomoda?
Foda-se se te incomoda
É meu corpo, e a minha história (TRIZ, 2017).

As duas últimas canções revelam a construção de si como um movimento do desejo, afeto e resistência do corpo, apesar das práticas de violência constantes a que estão expostos estes sujeitos.

Considerações Finais

Uma característica marcante das lutas empreendidas no Brasil é a importância atribuída a arte como ferramenta de denúncia. Em diversos momentos da história, a arte é uma aliada política por meio da qual alguns grupos sociais marginalizados e práticas de



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

autoritarismo são expostos, ganhando visibilidade em âmbito macropolítico. A população LGBT não se furtou dessa estratégia, recorrendo à arte como forma de denúncia da violência sistemática à qual é diariamente exposta.

A Psicologia, e especialmente a Psicologia Social, tem muito a colaborar com esse debate, uma vez que recebe cotidianamente em seus consultórios, instituições e grupos de atendimento, sujeitos que relatam experiências de intolerância para com modos de vida diferentes da heteronormatividade. É nesse sentido que o conceito de sustentabilidade afetiva coopera para chamar a atenção dos profissionais sobre a importância do corpo e sua potência de afetação. Abrir possibilidades de conexão afetiva pode ser compreendido como um ato de resistência ao atual estado adormecido dos encontros, evidenciando a importância da conexão política com a vida. As canções aqui analisadas, e tantas outras existentes, convocam à resistência e buscam promover encontros que possam ser afetivamente sustentáveis entre os seres humanos, prezando pela aproximação e pelo diálogo na diversidade dos modos de existências. Cabe aos profissionais da área fazer alianças com a potência de conexão daqueles que os procuram, sustentando modos de vida mais afetivos, abertos e potentes se conectar aos encontros com a diferença.

REFERÊNCIAS

ANTRA BRASIL. **Mapa dos assassinatos de travestis e transsexuais**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2019

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CANABARRO, Ronaldo. História e direitos sexuais no Brasil: O movimento LGBT e a discussão sobre cidadania. - **Anais Eletrônicos** do II Congresso Internacional de História Regional (2013) – ISSN 2318-6208

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. **Resolução n. 1**, de 22 de março de 1999. 1999.

DELEUZE, G. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002. 144 p.

DSM – 5: **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico] [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ;



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014.

FACCHINI, R. **Histórico da luta LGBT no Brasil**. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx>. Acesso em: 16 mar.2018

FERRARO, E. **A relação entre música e movimentos políticos**. Univali, viva voz. 25. mar 2016. Entrevista a Liza Lopes Corrêa.

FERREIRA, T. S. **“Nascemos assim!”: o movimento LGBT brasileiro e o perigo da estratégia essencialista (1978-2012)**. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 7 n. 13 – UFGD – Dourados, jan/jun – 2013

FOUCAULT, M. **História da sexualidade, vol. 1 – A vontade de saber**. 17ªed. São Paulo: Graal, 2006

FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. **Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões**. ESTUDO & DEBATE, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011

GLORIA GROOVE. **Gay**. São Paulo: SB Music, 2017. Disponível em: <<https://open.spotify.com/artist/7rXMvXRnWHaSwnVvPeUUfw>>. Acesso em 11 de março de 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de lgbt no brasil, relatório 2017**. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2018.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. (1996). **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes.

LINN DA QUEBRADA. **Absoluta**. São Paulo: Independente, 2017. Disponível em: <<https://open.spotify.com/album/4DFEnokszxr009HclVKlo7>>. Acesso em 11 de março de 2019;

LINN DA QUEBRADA. **A Lenda**. São Paulo: Independente, 2017. Disponível em: <<https://open.spotify.com/album/4DFEnokszxr009HclVKlo7>>. Acesso em 11 de março de 2019;

MANSANO, S. R. V. Espaço urbano, natureza e relações sociais: por uma sustentabilidade afetiva. **Psicologia: Teoria e Prática** (Impresso), v. 18, p. 49-59, 2016.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

MANSANO, S. R. V.; CARVALHO, P. R. Psicologia, Filosofia e meio ambiente: delineando o conceito de sustentabilidade afetiva. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 16, p. 696-714, 2016.

PELBART, P. P. **Vida Capital** – ensaios de biopolítica. São Paulo. Iluminuras, 2003 250p.

PELLEJERO, E. Literatura e fabulação: Deleuze e a política da expressão. **Polymatheia** – Revista de Filosofia. Fortaleza. v. IV, n. 5, p. 61-78, 2008.

PORCHAT, P. (2015) Um corpo para Judith Butler, **Periódicus**: revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades, Salvador, n.3, v. 1, pp. 37-51, mai.-out.2015,

PRADO, Caio. **Não recomendado**. Rio de Janeiro: Independente, 2014. Disponível em: <<https://open.spotify.com/album/4H7HWIDL1h8bHxIOmPL3cx>>. Acesso em 11 de março de 2019;

QUEBRADA QUEER. **Pra quem duvidou**. São Paulo: Independente, 2018. Disponível em: <<https://open.spotify.com/album/6FHUtg1DC4FjgprCumhd2>>. Acesso em 11 de março de 2019;

ROLNIK, Suely. Subjetividade e história. **RUA**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 49-61, jun. 2005.

TRIZ. **Elevação mental**. São Paulo: Independente, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=npGrq2IFmls>>. Acesso em 11 de março de 2019;

ZORDAN, P. Arte com Nietzsche e Deleuze. **Educação & Realidade**, v. 30, n. 2, pp. 261 – 272, jul/dez 2005.